

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Professor Tutor: Márcio Garcia

DESEMPREGO, INFLAÇÃO, DESIGUALDADE DE RENDA E
POBREZA NO BRASIL PÓS-REAL.

Guilherme Baptista Wojciechowski

Orientador: João Barbosa de Oliveira

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”

Junho de 2006

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Agradecimentos:

Ao professor Márcio Garcia, pelas críticas e motivação.

Ao professor João Barbosa de Oliveira, pela orientação.

A meus pais e avós, por todo apoio e carinho.

Índice

Índice	4
Índice de Figuras	5
1. Introdução	6
2. Como o Plano Real Afetou a Desigualdade e a Pobreza	8
2.1. Impacto do Plano Real sobre Desigualdade e Pobreza	9
2.2. Evolução da Desigualdade e da Pobreza Após o Plano Real	15
3. Estrutura do Mercado de Trabalho, Desigualdade e Pobreza	18
4. Impacto do Baixo Crescimento Sobre o Desemprego, Desigualdade e Pobreza	25
5. Impacto das Políticas Redistributivas	30
6. Conclusão	34
7. Referências Bibliográficas	36

Índice de Figuras

Figura 01: Gráfico da Evolução da Variação Percentual do IGP-DI – pág. 08

Figura 02: Tabela da Evolução do Número Total e Percentual de Pobres e Indigentes – pág. 10

Figura 03: Gráfico da Evolução da Proporção Total de Pessoas Abaixo da Linha de Indigência e Pobreza – pág. 11

Figura 04: Tabela da Evolução dos Índices de Indigência e Pobreza – pág. 12

Figura 05: Tabela da Evolução Temporal da Desigualdade de Renda – pág. 14

Figura 06: Tabela da Evolução dos Coeficientes de GINI e THEIL de Desigualdade de Renda – pág. 15

Figura 07: Tabela da Evolução dos Coeficientes de GINI e THEIL de Desigualdade de Renda – pág. 17

Figura 08: Gráfico da Evolução da Taxa de Desemprego Aberto nas Regiões Metropolitanas – pág. 19

Figura 09: Gráfico da Evolução da População Ocupada nas Regiões Metropolitanas – pág. 20

Figura 10: Tabela da Decomposição Parcial Estimada da Desigualdade de Renda no Brasil – pág. 22

Figura 11: Gráfico da Evolução Percentual do Desemprego Aberto e do Produto Interno Bruto Real – pág. 26

Figura 12: Gráfico da Evolução da Carga tributária e Dívida Líquida Total do Setor Público – pág. 28

Figura 13: Gráfico da Evolução do Salário Mínimo Real – pág. 31

1. Introdução

O Plano Real foi um divisor de águas na economia brasileira, caracterizando-se como único plano econômico a ser bem sucedido na estratégia de combate à inflação, proporcionando sensíveis melhorias sociais.

Além da introdução da nova moeda, diversas reformas foram feitas no intuito de modernizar e dinamizar a economia nacional diante do novo cenário mundial, pós abertura comercial. A estabilização monetária decretou o fim do imposto inflacionário e teve um impacto positivo sobre a distribuição de renda, caracterizado pelo aumento da renda apropriada pela camada mais pobre da população, e sobre a pobreza, reduzindo em quase 10 milhões o número total de pobres no país. Apesar do impacto positivo inicial, a tendência de queda do número de pobres e a melhora na distribuição de renda não foram sustentadas nos anos seguintes.

A inflação permaneceu sob controle, em baixos níveis, porém modificações no ambiente macroeconômico acabaram limitando a evolução das melhorias sociais. O aprofundamento da abertura comercial exigiu que as empresas modificassem suas estruturas de custos visando obter ganhos de competitividade e a consequência foi um processo de enxugamento do emprego industrial, com reflexos em outros setores da economia, provocando aumento da taxa de desemprego aberto. Ajustes internos e crises externas contribuíram para o fraco desempenho econômico no período pós-Real, representando um fator limitante às melhorias sociais, na medida em que a expansão do PIB condiciona o aumento do nível de emprego e pode ter perversos reflexos sobre a distribuição de renda e a pobreza.

Esta monografia tem o objetivo de analisar os impactos do Plano Real sobre a desigualdade de renda e a pobreza bem como os motivos que limitaram uma evolução mais favorável desses indicadores. O trabalho está dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução e uma conclusão..

No próximo capítulo é descrito de que forma o Plano Real afetou a distribuição de renda e os níveis de pobreza e como foi a evolução desses índices nos anos seguintes. O capítulo 3 discute a questão da estrutura do mercado de trabalho, mostrando de que forma o desemprego afeta a desigualdade e a pobreza.

No Capítulo 4 procura-se demonstrar o impacto do baixo crescimento econômico sobre o mercado de trabalho e suas consequências sobre os indicadores sociais. No capítulo 5 é feita uma descrição das políticas de redistribuição de renda existentes no Brasil, descrevendo os impactos positivos dessas políticas. A última seção do trabalho dedica-se à conclusão de tudo que foi trabalhado anteriormente.

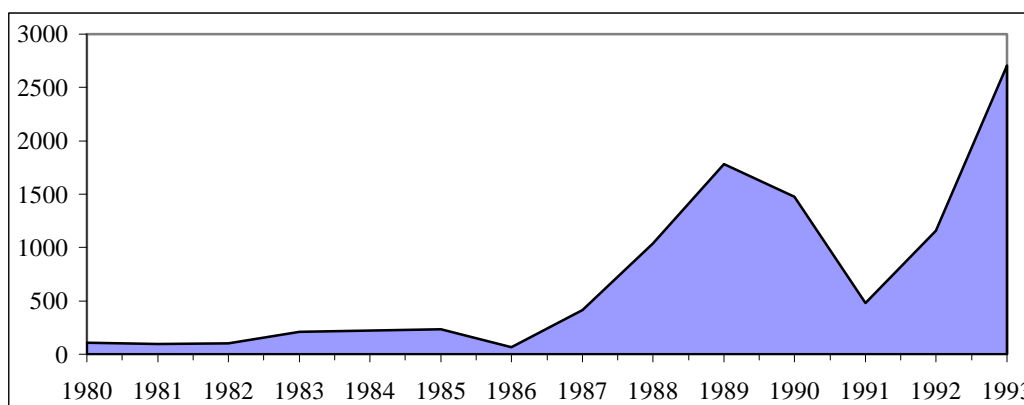
2. Como o Plano Real Afetou a Desigualdade e a Pobreza

Após inúmeras tentativas de estabilização durante a década de 80 a economia brasileira dava sinais de forte diminuição de sua capacidade produtiva, gerado por muitos anos de desequilíbrio macroeconômico. O modelo de desenvolvimento fortemente dependente de incentivos estatais e financiamentos externos tornou-se insustentável, estando a economia à beira de um colapso com uma combinação de estagnação e alta inflação, só sustentada pelos diversos mecanismos de indexação que permitiam ao país conviver com altíssimos níveis de inflação.

A conseqüência dos diversos choques, planos de estabilização e políticas *stop-and-go* foi uma brutal deterioração dos indicadores sociais. O Brasil adquiriu o desagradável *status* de um dos países com a pior distribuição de renda do mundo além de apresentar elevado número de pobres para um país com o seu nível de renda per capita.

A trajetória dos indicadores sociais e da inflação eram preocupantes, não só pelo mal em si que a deterioração desses indicadores sugere, mas pela certeza de que a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda provocavam efeitos líquidos negativos na economia. De um modo geral essa idéia ganhou importância após o Plano Real, quando o governo passou a dar mais atenção aos conflitos distributivos.

Figura 01: Gráfico da Evolução da Variação Percentual do IGP-DI.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas / Conjuntura Econômica

2.1) Impacto do Plano Real Sobre Desigualdade de Renda e Pobreza

Durante anos o imposto inflacionário foi um importante recurso de receita para o governo e um prejuízo para a população de baixa renda. Num ambiente de alta inflação, as perdas inflacionárias ocorrem de maneira mais brusca nas faixas mais baixas da distribuição de renda. A estabilização da inflação em um patamar mais baixo gerou aumento da renda disponível desta camada mais pobre e, juntamente com a forte expansão do crédito, implicaram em uma mudança na estrutura do consumo no Brasil.

Houve um forte choque de demanda originando o *boom* de consumo ocorrido nos meses seguintes ao Plano, o qual foi mais pronunciado nos setores de bens não-duráveis, principalmente gêneros alimentícios e aparelhos eletroeletrônicos, enquanto o consumo no setor de bens duráveis e outros bens típicos das classes mais elevadas de renda tiveram um aumento menor¹.

O efeito da estabilização dos preços favoreceu, de modo geral, a parcela de mais baixa renda da população brasileira, visto que a alta inflação dos anos anteriores provocava corrosão dos rendimentos reais, principalmente dos decis mais baixos da distribuição, excluídos que eram das aplicações financeiras e de outros artifícios utilizados durante os anos de indexação e inflação alta.

No período imediatamente após o Plano Real os efeitos da estabilização, aliados ao forte crescimento econômico do período, proporcionaram uma melhora sensível nos indicadores sociais, destacando-se a diminuição do número de pessoas abaixo da linha de pobreza e indigência². No Brasil a linha de indigência é normalmente estabelecida em um quarto de salário mínimo de renda familiar per capita e a linha de pobreza em meio salário mínimo de renda³.

¹ Ver Neri e Considera, 1996.

² Segundo definição do IPEA: Pessoas em domicílios cuja renda per capita (incluindo rendimentos em espécie, mas sem imputação do valor do aluguel) é insuficiente para adquirir cesta de produtos alimentares para suprir o mínimo per capita de calorias diárias recomendada pela FAO (2100 calorias) sem considerar idade, sexo, ou qualquer outro atributo dos residentes do domicílio.

³ Para discussão aprofundada dos conceitos de linha de pobreza e indigência ver Ramos e Santana (2003).

A tabela a seguir (Figura 3) mostra a evolução temporal da indigência e da pobreza baseado em estudo de Barros, Henriques e Mendonça (2000). Podemos notar que tanto em percentual como em números absolutos houve expressiva queda nos níveis de pobreza e indigência, confirmando o impacto positivo da estabilização dos preços e mudanças na política econômica. O efeito-renda do Plano Real provocou também uma forte redução do hiato médio da renda entre os pobres e indigentes.

Figura 02: Tabela da Evolução do Número Total e Percentual de Pobres e Indigentes

Ano	Percentual de indigentes	Número de indigentes*	Percentual de pobres	Número de pobres*
1990	21,3	30,8	43,8	63,1
1992	19,3	27,1	40,8	57,3
1993	19,5	27,8	41,7	59,4
1995	14,6	21,6	33,9	50,2
1996	15	22,4	33,5	50,1
1997	14,8	22,5	33,9	51,5
1998	13,9	21,4	32,7	50,1

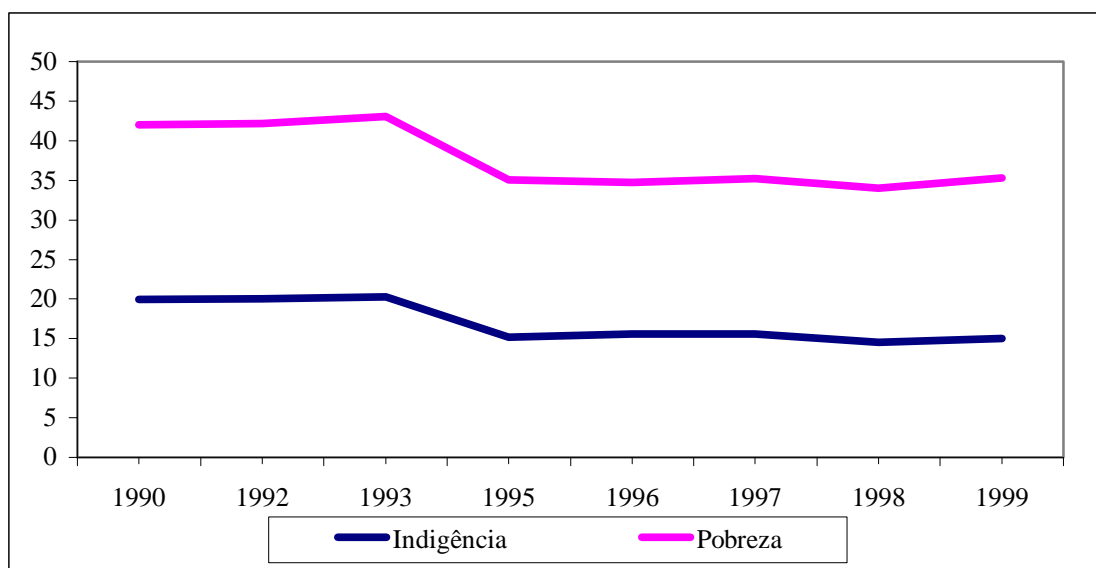
* Em milhões

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD – IBGE).

OBS.: A PNAD não foi realizada nos anos de 1991, 1994 e 2000.

Graficamente podemos observar a evolução da proporção de pessoas abaixo da linha de indigência e pobreza, confirmando que esses índices estabilizaram-se em outro patamar após 1994. Dividindo o período em duas fases podemos perceber que houve uma mudança de nível nas duas variáveis. O ponto de corte entre as fases coincide com a implementação do Plano Real.

Figura 03: Gráfico da Evolução da Proporção Total de Pessoas Abaixo da Linha de Indigência e Pobreza



Fonte: PNAD – IBGE

Com a economia crescendo em um bom ritmo e a inflação em declínio, houve uma forte diminuição do número de pobres e indigentes. Embora a PNAD não tenha sido realizada em 1994 e, por conseguinte não tenhamos os dados para esse ano, há fortes indícios de que a retomada do crescimento econômico observada no período anterior ao Plano Real já vinha causando impacto positivo sobre a pobreza. Sendo assim, os efeitos da estabilização parecem ter ampliado mas não gerado essa redução.

Outro fator importante que nos ajuda a compreender o declínio dos índices foi o aumento do salário mínimo em maio de 1995, tendo impacto direto na renda e elevando o poder de compra dos trabalhadores. Além disso, a chamada “âncora verde” do Plano Real exerceu influência direta na queda dos preços relativos dos alimentos, tendo forte impacto sobre a pobreza absoluta [Néri e Giambiagi (2000)].

Ramos e Santana (2003) propõem uma forma alternativa de analisar a evolução dos índices de pobreza e indigência através de medidas de facilidade de alívio da pobreza. Segundo eles, as discussões sobre os impactos do Plano Real eram fundamentadas na análise da relação pobres/população e isto era um limite à análise

pois, mesmo conseguindo demonstrar a extensão da pobreza, o método não permitia avaliar a intensidade ou severidade da pobreza.

A tabela a seguir, extraída desse estudo, nos permite acompanhar a evolução de três índices: a coluna (1), referente aos indigentes e aos pobres, é a razão de insuficiência de renda ou hiato médio com relação à linha de indigência/pobreza; a coluna (2) é a percentagem da renda da população não-indigente/não-pobre necessária para erradicar a indigência/pobreza; a coluna (3) é a percentagem da renda dos não-indigentes/não-pobres por sobre a linha de indigência/pobreza necessária para erradicar a indigência e a pobreza.

Figura 04: Tabela da Evolução dos Índices de Indigência e Pobreza

Ano	Indigentes			Pobres		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
1992	0,405	5,23	7,06	0,460	11,88	16,02
1993	0,394	4,46	5,77	0,443	10,04	12,98
1995	0,314	2,88	3,53	0,373	6,84	8,37
1996	0,330	2,99	3,65	0,396	7,17	8,76
1997	0,330	3,03	3,71	0,391	7,16	8,76
1998	0,321	3,06	3,78	0,394	7,51	9,28
1999	0,325	3,21	4,01	0,390	7,72	9,62
2001	0,349	3,76	4,78	0,413	8,87	11,30

Fonte: PNAD – IBGE

OBS.: Extraído de Ramos e Santana (2003)

O percentual de transferência que a população não-indigente e não-pobre teria que fazer para erradicar a indigência e a pobreza caiu significativamente de 4,46% em 1993 para 2,88% em 1995. Com relação à pobreza, a coluna (3) indica que o percentual de renda por sobre a linha de pobreza necessária para erradicar a pobreza caiu de 12,98% em 1993 para 9,37% em 1995. Dessa forma fica evidente que o Plano Real reduziu a necessidade de transferência de rendas das camadas não-pobres para as pobres.

A inflação acumulada em 12 meses ultrapassava os 5.000%, indicando possibilidade de colapso da economia e provocando uma forte deterioração dos indicadores sociais. Acompanhando a evolução dos índices de preço confirmamos que o Plano Real de 1994 teve êxito no combate à inflação. Em 1995 a taxa média de inflação (IGP-DI, INPC e IPC-Fipe) acumulada em 12 meses caiu para 20%, diminuiu ainda mais em 1996, atingindo 9,5% e não passando de 1% no ano de 1998⁴.

Com relação à desigualdade na distribuição de renda, os impactos do Plano Real não tiveram a mesma magnitude em comparação com a evolução da pobreza mas também foram significativos. Em Neri e Considera (1996) temos uma análise detalhada das mudanças na distribuição de renda entre junho de 1993 e setembro de 1995. Na fase anterior ao Plano Real, a parcela da renda de todos os decis da distribuição diminuiu, com exceção dos dois decis de maior renda. As camadas mais pobres da população, representadas pelos últimos decis, perderam cerca de 20% enquanto os mais ricos obtiveram 10% de ganho. No período compreendido entre setembro de 1994 e setembro de 1995, quase todos os decis aumentaram sua renda mas o ganho auferido pelos decis referentes aos mais pobres foi maior, atingindo aproximadamente 30% contra 10% dos mais ricos.

A tabela a seguir nos permite observar como evoluiu a desigualdade de renda conforme a divisão da população em percentagem de renda apropriada. O efeito da estabilização se deu mais fortemente nos extremos da distribuição. Embora a camada da população composta pelos 20% mais pobres tenha se apropriado de pouco menos de 2% da renda total em todo o período analisado, a parcela de menor renda, representada pelos 10% mais pobres obteve um aumento da sua participação na renda entre os anos de 1993 e 1995.

A parcela de maior renda da população, tradicionalmente tida como grande fonte da alta desigualdade e composta pelo 1% mais rico da distribuição, teve reduzida sua parcela de renda apropriada. Os 10% mais ricos, por sua vez, continuaram com quase 50% da renda total. Em outras palavras, os 10% mais ricos se apropriam de

⁴ Ver Pinheiro, Giambiagi e Gostkorzewicz (1999).

aproximadamente metade do total da renda das famílias enquanto os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda.

Figura 05: Tabela da Evolução Temporal da Desigualdade de Renda

<u>Percentagem da Renda Apropriada pelas Pessoas</u>						
	10% MAIS	20% MAIS	40% MAIS	20% MAIS	10% MAIS	1% MAIS
Ano	POBRES	POBRES	POBRES	RICOS	RICOS	RICO
1990	0,68%	2,14%	7,37%	65,35%	49,08%	14,20%
1992	0,67%	2,36%	8,45%	62,13%	45,78%	13,23%
1993	0,66%	2,26%	7,97%	64,51%	48,64%	15,09%
1995	0,70%	2,31%	7,99%	64,18%	47,85%	13,81%
1996	0,63%	2,16%	7,75%	64,11%	47,52%	13,53%
1997	0,65%	2,21%	7,82%	64,13%	47,67%	13,78%
1998	0,70%	2,31%	7,91%	64,20%	47,80%	13,86%

Fonte: PNAD – IBGE.

Outras medidas utilizadas para determinar a evolução da desigualdade de renda são os coeficientes de GINI e THEIL. Esses índices medem o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima.

Analisando a Figura 07 e comparando os dados de 1993 com 1995 notamos redução, embora pequena em ambos os coeficientes, confirmando mais uma vez a melhoria na distribuição de renda após o Plano Real.

Figura 06: Tabela da Evolução dos Indicadores de Desigualdade de Renda.

Ano	GINI	THEIL
1990	0,614	0,773
1992	0,583	0,695
1993	0,604	0,772
1995	0,601	0,733
1996	0,602	0,732
1997	0,602	0,738

Fonte: PNAD – IBGE

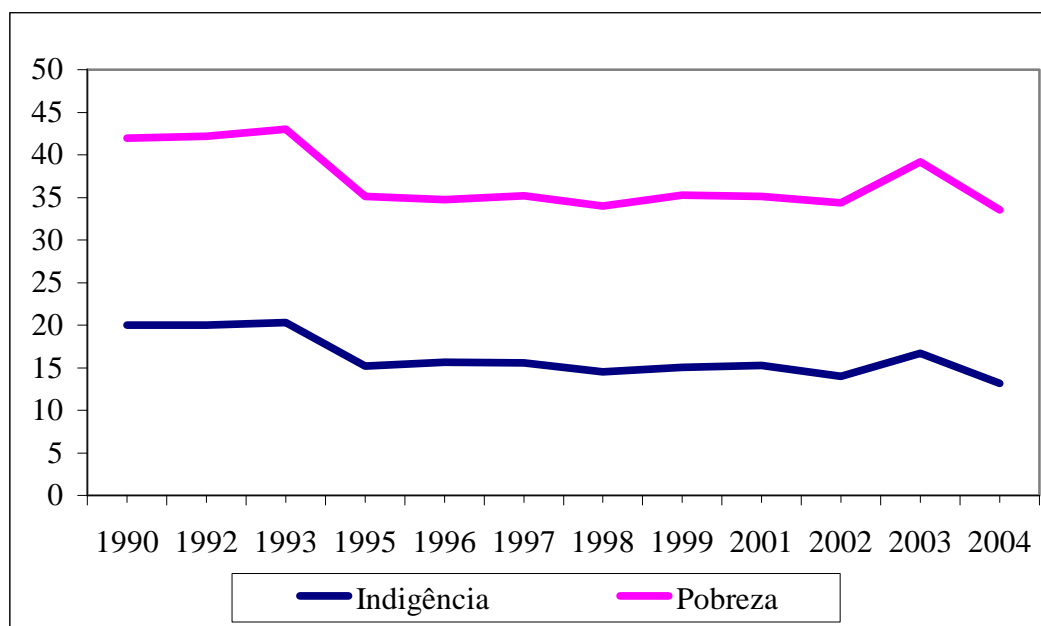
2.2) Evolução da Desigualdade e da Pobreza Após o Plano Real

Ao ampliarmos a análise dos indicadores sociais para os anos seguintes, percebemos que os impactos do Plano Real não perduraram, isto é, a forte queda dos índices de pobreza e a melhora na distribuição de renda não foram sustentadas nos anos seguintes.

O ambiente macroeconômico da segunda metade da década de 90 caracterizou-se por sucessivas crises externas, câmbio valorizado, baixa inflação e baixo crescimento econômico. A inflação manteve-se num novo patamar, muito abaixo do observado nos anos anteriores, mesmo nos anos de 1999 e 2002, quando houve aceleração do IGP-DI, em virtude da desvalorização do Real. Em 2002, a desvalorização esteve associada à incerteza quanto aos rumos políticos.

O período de maior queda do número de pessoas abaixo das linhas de pobreza e indigência foi entre 1993 e 1995. O período posterior se caracteriza por uma queda suave da pobreza, interrompida apenas em 2003 mas retomada a partir de 2004.

Figura 07: Gráfico de Evolução da Proporção Total de Pessoas Abaixo da Linha de Indigência e Pobreza



Fonte: PNAD – IBGE

As reformas estruturais realizadas no Brasil a partir da implementação do Plano Real solidificaram a transição da economia para um novo modelo econômico, condicionando a política econômica doméstica a combinar instrumentos utilizados na grande parte das economias do mundo. A transição para o câmbio flutuante, com conseqüente desvalorização do Real em 1999, foi considerada bem sucedida na medida em que houve baixo custo inflacionário, isto é, o Brasil conseguiu um baixo *pass trough* do câmbio para a inflação. O ajuste fiscal promovido nos anos anteriores e o forte compromisso com a disciplina fiscal tiveram papel importante na contenção de possível aceleração inflacionária⁵.

Apesar de todas as transformações ao observarmos o gráfico dos indicadores de desigualdade de renda a partir dos coeficientes de GINI e Theil vemos que a má distribuição permaneceu em altos níveis, mantendo-se relativamente estável após 1995, porém observamos leve tendência de declínio a partir do ano 2001.

⁵ Ver Reis e Urani (2004)

Figura 08: Tabela da Evolução dos Coeficientes de GINI e THEIL de Desigualdade de Renda

Ano	GINI	THEIL
1990	0,614	0,773
1992	0,583	0,695
1993	0,604	0,772
1995	0,601	0,733
1996	0,602	0,732
1997	0,602	0,738
1998	0,600	0,734
1999	0,594	0,711
2001	0,596	0,727
2002	0,589	0,71
2003	0,581	0,675
2004	0,572	0,665

Fonte: PNAD - IBGE

Os impactos positivos obtidos após o Plano não evoluíram como se esperava. O sucesso da estabilização e o avanço obtido através das reformas não foram suficientes para continuar a reduzir as desigualdades, pois outros fatores passaram a restringir esse processo. Nos próximos capítulos serão analisados dois determinantes dessa descontinuidade das melhorias sociais: a estrutura do mercado de trabalho brasileiro e o baixo crescimento econômico.

3. Estrutura do Mercado de Trabalho, Desigualdade e Pobreza.

Embora não tenhamos observado um crescimento econômico expressivo, ao contrário, visto que nos últimos dez anos o PIB tem crescido muito pouco, as diversas transformações ocorridas na economia alteraram a dinâmica do mercado de trabalho. Um dos fatores determinantes dessa mudança estrutural foram os avanços tecnológicos e a maior competitividade do mercado internacional ampliados pela abertura comercial, exigindo que as empresas modificassem a organização interna de produção para obter ganhos de produtividade.

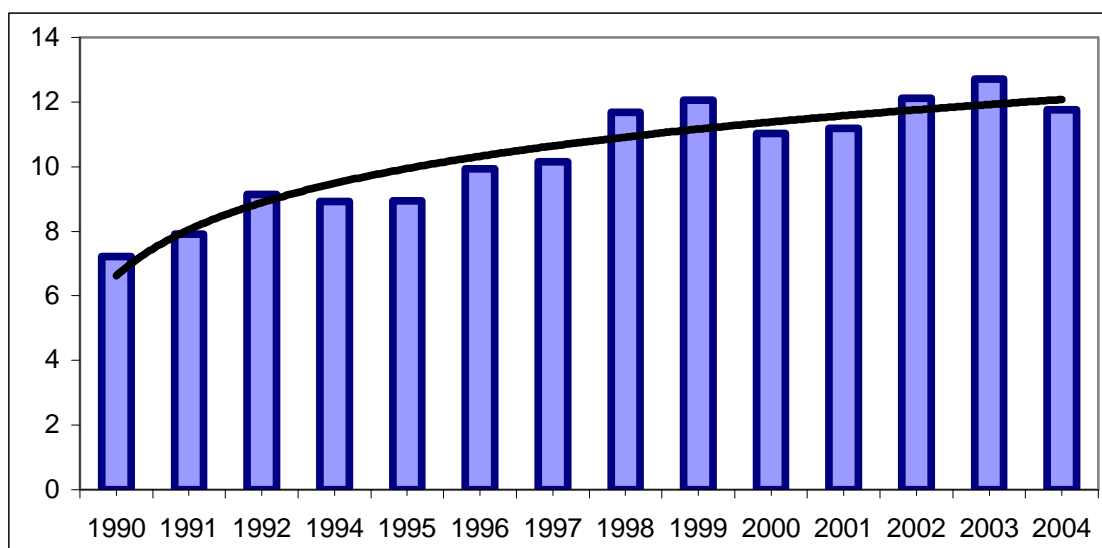
A introdução de máquinas e equipamentos industriais acelerou o processo de desemprego tecnológico, pelo qual trabalhadores menos especializados e de menor qualificação não conseguiam recolocação no mercado, dada a maior exigência por das firmas. Como esses trabalhadores dependem fundamentalmente da renda do trabalho para a subsistência, a contração do nível de emprego representou, além de uma perda de bem-estar, um fator de ampliação nas desigualdades sociais e na pobreza.

No Brasil verificaram-se os mesmos deslocamentos internos, observados em outros países; trabalhadores migrando da agricultura para a indústria e, posteriormente, da indústria para o setor de serviços e comércio. Ao longo dos anos 90, embora a taxa de crescimento populacional tenha caído significativamente, a população economicamente ativa (PEA) continuou a crescer e, num ambiente de estagnação econômica, os setores produtivos da economia não foram capazes de absorver os novos contingentes de mão-de-obra, por conseguinte a taxa de desemprego aberto mostrou uma nova tendência de crescimento⁶.

Pelo gráfico a seguir, notamos que a taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas elevou-se gradativamente durante os anos 90, mantendo-se por volta de 8% até 1995, porém elevando-se a quase 10% em 1996 e, influenciado pela crise econômica, ultrapassou os 12% no último ano da década. Entre 2000 e 2004, a taxa de desemprego permaneceu nesse patamar.

⁶ Ver Reis e Ramos, 1998.

Figura 09: Gráfico da Evolução da Taxa de Desemprego Aberto nas Regiões Metropolitanas (%) *



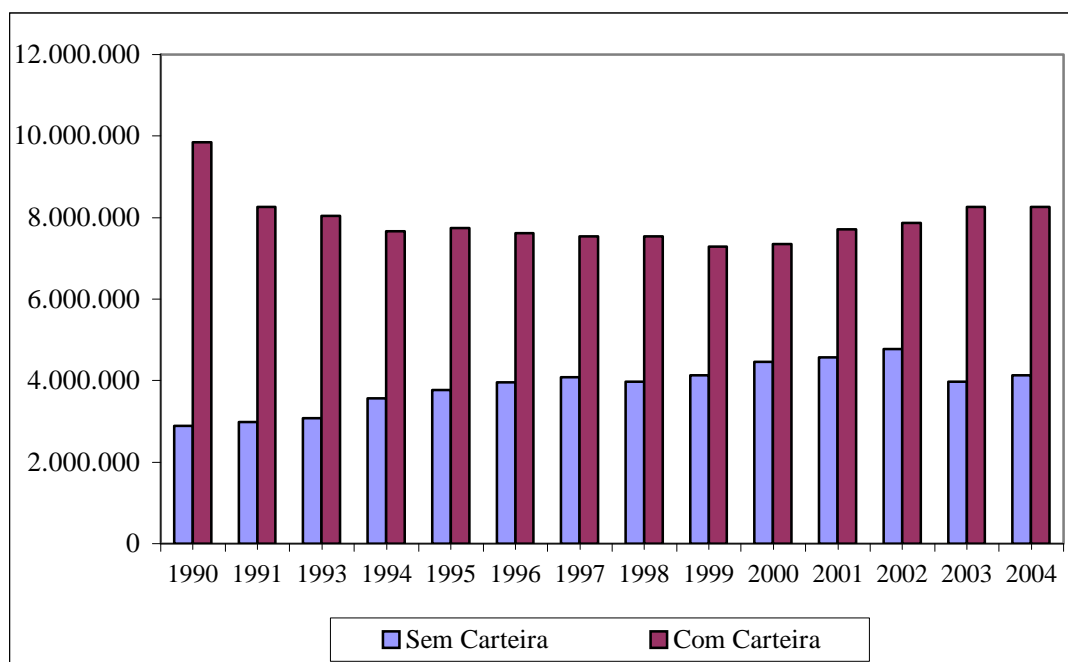
*Referente às seis principais regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Salvador.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE / PME).

O fraco desempenho da economia, o processo de abertura comercial, as privatizações das empresas estatais e a estabilização dos preços provocaram um aumento de competitividade da economia, tanto em relação ao mercado interno quanto ao externo. O forte aumento do desemprego industrial durante a década de noventa gerou uma migração de trabalhadores para o setor terciário.

Inicialmente esse movimento foi compensado, praticamente estabilizando a taxa de desemprego aberto. Porém, segundo Reis e Ramos (1998), houve uma clara deterioração da qualidade dos postos de trabalho gerados já que os empregos do setor de comércio e serviços não eram, em geral, regulamentados, o que representava piora para os trabalhadores no sentido de que muitos deles deixaram de contar com a proteção e os benefícios e das Leis Trabalhistas. Essa mudança da composição do emprego pode ser vista pela evolução do número de trabalhadores com carteira de trabalho (formais) e o número de trabalhadores sem carteira assinada (informais).

Figura 10: Gráfico da Evolução da População Ocupada nas Regiões Metropolitanas*



*Referente às seis principais regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Salvador.

Fonte: IBGE/ PME

Dados do IBGE confirmam o aumento significativo da proporção de trabalhadores sem carteira assinada. Ao longo dos anos 90 percebemos uma alteração na composição da mão-de-obra nas regiões metropolitanas. Vemos que o número de trabalhadores sem carteira assinada era de pouco mais de 2 milhões de pessoas e aumentou constantemente no período, ao contrário ocorreu com o número de pessoas com carteira, sofrendo contínua redução até 1999, com ligeira melhora a partir do ano 2000. A diferença entre o total de pessoas ocupadas com e sem carteira de trabalho era de quase 7 milhões de pessoas em 1990, reduzindo-se para pouco mais de 4 milhões em 2004.

Isto representou uma perda de bem-estar já que eles não terão acesso aos programas de apoio à renda, como o seguro-desemprego. Por essas razões os estudos sobre o mercado de trabalho têm chamado a atenção mais para a qualidade do que para a quantidade dos empregos gerados.

Argumenta-se que a taxa de desemprego seria maior do que a observada se não houvesse esse aumento do mercado informal: “proliferação de ocupações em pequenos negócios dedicados principalmente ao comércio e à prestação de serviços (...) em que uma urbanização intensa vai consolidando uma desigualdade socioeconômica intensa”⁷.

Segundo Ferreira (2000), o mercado de trabalho funciona como principal canal de transformações das características individuais das pessoas em renda e desempenha função importante na amplificação da desigualdade educacional, ao transformá-la em desigualdade de renda. Além disso, gera novas desigualdades por meio de sua própria segmentação e da existência de discriminação empregatícia. Segundo ele, de 70 a 80% dos desempregados pertencem a famílias pobres. Portanto, a preocupação com o desemprego no Brasil está intimamente relacionada com a preocupação com os pobres.

O estudo procura mostrar que a distribuição desigual da renda tem origem nas diferenças de características individuais, tanto inatas (riqueza inicial, inteligência, gênero, raça), quanto adquiridas (nível educacional e experiência profissional), bem como na forma como o mercado de trabalho age sobre essas características, transformando-as em renda. É feita uma decomposição da desigualdade de renda no Brasil através de uma estimação da segmentação do mercado de trabalho (entre setores, regiões ou quanto à formalidade ou não do posto), discriminação por gênero e raça e projeções da experiência profissional e do nível de educação.

A segmentação de mercado refere-se à diferença de rendimento entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos e com mesma produtividade. Dentre os fatores analisados, a segmentação formal e informal, a segmentação setorial e a projeção da educação são os que mais contribuem para a desigualdade total de renda, conforme a Figura 12:

⁷ Ver Mattoso e Baltar (1997).

Figura 11: Tabela da Decomposição Parcial Estimada da Desigualdade de Renda no Brasil

Fator	Contribuição para a Desigualdade Total
Segmentação Setorial	5-15%
Segmentação formal e informal	7%
Segmentação regional	2-5%
Discriminação por Gênero	5%
Discriminação por Raça	2%
Projeção da Experiência	5%
Projeção da Educação	30-50%

Fonte: Extraído de Ferreira (2000).

Barros, Corseuil e Leite (2000) fazem um estudo do impacto das ineficiências de mercado sobre o nível de pobreza. Os autores ressaltam que é de fundamental importância a alocação eficiente dos recursos disponíveis para as atividades econômicas. Na mesma linha de raciocínio vista em Ferreira (2000), o argumento é de que a subutilização e a sub-remuneração de recursos humanos ocorrem por causa da segmentação e discriminação do mercado de trabalho, gerando ineficiência e contribuindo para o aumento da pobreza.

Barros, Camargo e Mendonça (1997) analisam a estrutura do desemprego, com o objetivo de determinar as relações do mercado de trabalho com desigualdade e pobreza. A estrutura do desemprego depende de três fatores básicos: nível educacional, qualificação e experiência profissional, indicando como se dá a dispersão do desemprego em relação aos tipos de trabalhadores e setores de atividade. Pelo estudo vemos que há diferentes tipos de trabalhadores e sobre eles, impactos diferenciados quanto à taxa de desemprego. Um exemplo citado refere-se à diferença nas taxas de desemprego agregadas, que podem variar muito, de 3% para alguns subgrupos da economia a mais de 20% em outros.

Em particular, o estudo destaca a má qualificação, tanto dos trabalhadores quanto dos postos de trabalho e o baixo nível educacional do brasileiro médio. No estudo são estimados Índices de Precariedade no Emprego (IPE), indicando como precários os postos de trabalho não regulamentados pela legislação trabalhista. O IPE subiu progressivamente nos anos 90 confirmando a tendência de precarização dos postos de trabalho gerados.

Reis e Ramos (1998) fazem uma análise do custo da mão-de-obra, ressaltando importantes características do mercado de trabalho brasileiro. Dentre elas, destacamos o alto grau de flexibilidade, a alta rotatividade da mão-de-obra e os elevados encargos trabalhistas.

Como visto, embora o enxugamento de pessoal na indústria tenha gerado um grande contingente de trabalhadores desempregados, boa parte deles foi absorvida pelo setor de comércio e serviços, fazendo com que a taxa de desemprego aberto subisse menos do que seria esperado. Vimos que grande parte desses empregos gerados foi no setor informal da economia, isto é, às margens da legislação trabalhista. Essa “informalização” da mão-de-obra pode ser explicada pela flexibilidade do mercado, que foi capaz, até certo ponto, de absorver o “excesso” de trabalhadores. Embora essa não seja uma característica desejável, os autores apontam para a importância do aumento dessa flexibilidade das regras de contratação e demissão, para que haja mais dinamismo no funcionamento do mercado de trabalho.

A respeito da baixa taxa de permanência no emprego, os autores argumentam que a legislação trabalhista favorece a alta rotatividade da mão-de-obra não qualificada já que o custo de reposição da empresa, para esse tipo de trabalhador, é relativamente mais baixo. Além disso, benefícios como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e multas por rescisões contratuais podem incentivar os trabalhadores a trocarem mais frequentemente de emprego. Uma consequência negativa se dá pelo fato de que as empresas estariam deixando de investir no treinamento desses trabalhadores, gerando um círculo vicioso de baixa qualificação, alto índice de rotatividade no emprego e ausência de treinamento.

A conclusão que chegamos ao analisar a evolução do mercado de trabalho é a de que a parcela mais pobre da população vem sendo continuamente prejudicada pelas modificações estruturais da economia, em particular pela maior exigência em relação ao nível de escolaridade e de qualificação da mão-de-obra. A grande dificuldade de inserção de trabalhadores menos qualificados no mercado de trabalho formal é um grave problema a ser enfrentado pois, como visto, a desigualdade educacional provoca desigualdade de oportunidades e transforma-se em desigualdade de renda.

Vimos que houve uma mudança na estrutura de funcionamento do mercado de trabalho no Brasil, com aumento na demanda por qualificação da mão-de-obra e crescente informalização do mercado e que este fato tende a piorar as condições de vida dos trabalhadores menos qualificados, amplificando a desigualdade de renda e a pobreza. Além dessa mudança estrutural do mercado, devemos ressaltar a influência do baixo crescimento econômico observado nos últimos como determinante para a estagnação do nível de emprego e, conseqüentemente, para a interrupção das melhorias sociais obtidas imediatamente após o Plano Real. No próximo capítulo será analisada a questão do baixo crescimento e seus efeitos sobre desemprego, desigualdade e pobreza.

4. Impacto do Baixo Crescimento sobre o Desemprego, Desigualdade e Pobreza.

Teoricamente, para que haja expansão do emprego deve haver um crescimento econômico tal que este seja maior do que a taxa natural de crescimento dessa economia. Isto é, deve haver uma taxa de expansão sustentada do produto, acima da taxa “normal de crescimento” para que haja um contínuo decréscimo na taxa desemprego⁷. Este capítulo tem a intenção de demonstrar a íntima relação existente entre o baixo crescimento, desemprego e os perversos reflexos sobre a desigualdade e a pobreza.

A importância da expansão do nível de emprego como forma de diminuir a pobreza e a desigualdade de uma economia está relacionada ao fato de que os trabalhadores de mais baixa renda dependem fundamentalmente da renda advinda do trabalho para obterem subsistência. A ausência de expansão do emprego pode levar trabalhadores, em particular os menos qualificados à insuficiência de renda e à pobreza, conforme descrito no capítulo anterior.

A partir do início da década de 80 interrompeu-se no Brasil uma trajetória de crescimento acelerado que vinha sendo observada desde a década de cinquenta. O modelo nacional desenvolvimentista baseado na substituição de importações via financiamento externo e com forte participação do Estado na economia esgotou-se, deixando como herança um forte desequilíbrio interno, caracterizado pela superinflação, e externo, devido à interrupção dos fluxos internacionais de financiamento.

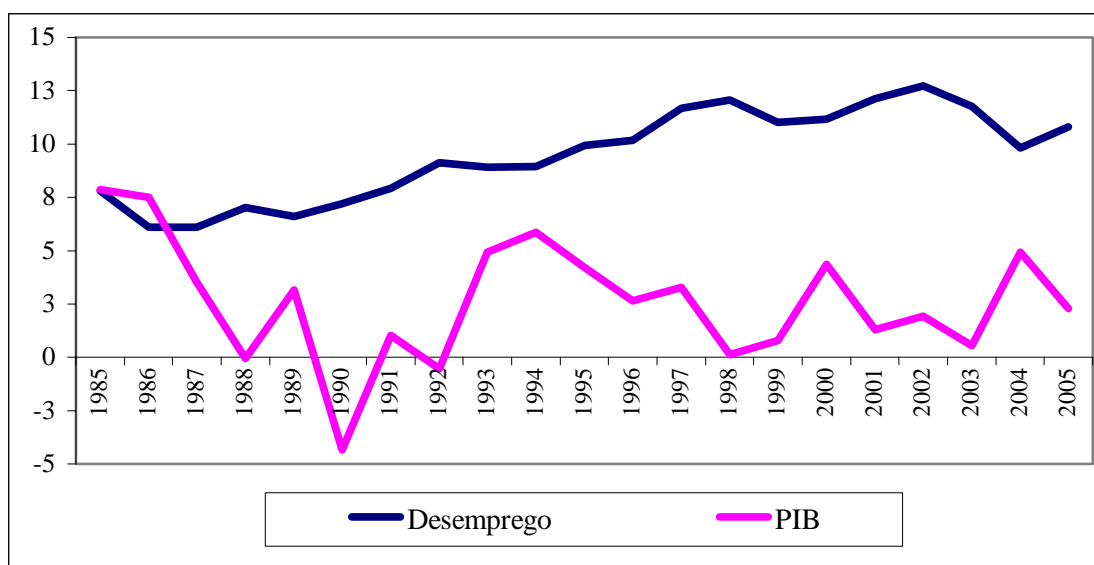
O Brasil alcançou a estabilização monetária em 1994 através do Plano Real, cuja estratégia era promover a desindexação da economia, fixando uma âncora cambial de modo que tanto os preços quanto os salários foram desligados da inércia inflacionária com cotação estável em relação ao dólar. Para manter a estabilidade foi implementada uma política de juros altos e maior austeridade quanto aos gastos públicos, incentivando a entrada de capitais externos. Essa política de altas taxas reais de juros foi decorrente da manutenção do câmbio valorizado entre 1995 e 1998, constituindo importante medida em função do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos e

⁷ Ver Okun, 1962.

sustentando o fluxo de investimentos externos. Apesar de todas as reformas e melhorias sociais obtidas nos anos subsequentes ao plano, fatores internos e externos impediram que o Brasil atingisse uma taxa de crescimento satisfatória.

As sucessivas crises externas (México, 1995; Sudeste Asiático, 1997; e Rússia, 1998), o impacto da crise na Argentina e a crise energética no Brasil contribuíram para o padrão de ciclos curtos de crescimento e instabilidade financeira no final dos anos 90 e início do século XXI. O crescimento médio do PIB real ficou em torno de 2,3% nas últimas duas décadas e o desemprego aberto tem apresentado constante tendência de crescimento.

Figura 12: Gráfico da Evolução da Taxa de Desemprego Aberto* e da Taxa de Crescimento Real do Produto Interno Bruto**



* Fonte: IBGE / PME (Referente às seis principais regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Salvador)

** Fonte: IBGE/SCN.

Acompanhando a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), observamos o baixíssimo crescimento, coincidindo com aumentos da taxa de desemprego, em particular entre 1997 e 1999 e 2001 e 2003. As melhorias na distribuição de renda e redução da pobreza proporcionadas pelo Plano Real estabilizaram-se mesmo com a redução do crescimento a partir do final da década de 90. Isto nos leva a crer que se

houvesse um ciclo sustentado de crescimento as melhorias sociais poderiam ter sido mais amplas.

No período entre 1997 e 2005, a taxa de crescimento média do PIB real foi de pouco mais de 2%, representando um número muito aquém do necessário para que houvesse melhorias sociais. A consequência dessa sucessão de anos com baixo crescimento da economia foi a queda da capacidade da economia em gerar empregos, principalmente no mercado formal de trabalho.

Conforme visto anteriormente, houve uma mudança na estrutura do mercado com forte crescimento do setor informal, o que significou uma deterioração da qualidade dos postos de trabalho. Argumenta-se que os curtos períodos em que houve crescimento econômico, ocorreu também uma forte concentração no mercado de trabalho em favor dos trabalhadores mais qualificados. Isto teria levado ao declínio da renda média do trabalho não-qualificado e expansão do subemprego nas regiões metropolitanas⁸.

As causas do baixo crescimento econômico têm sido amplamente discutidas, em diversas esferas da sociedade. Há praticamente consenso quando se fala nas limitações impostas ao crescimento se analisarmos, em particular, a evolução da carga tributária, do processo de endividamento do setor público e a escalada dos juros reais da economia brasileira.

Mesmo após a estabilização monetária e a redução das incertezas, a taxa de investimento manteve-se em um nível muito baixo, em grande parte devido aos altos juros reais vigentes, que representam desestímulo aos investimentos produtivos e favorecem as aplicações.

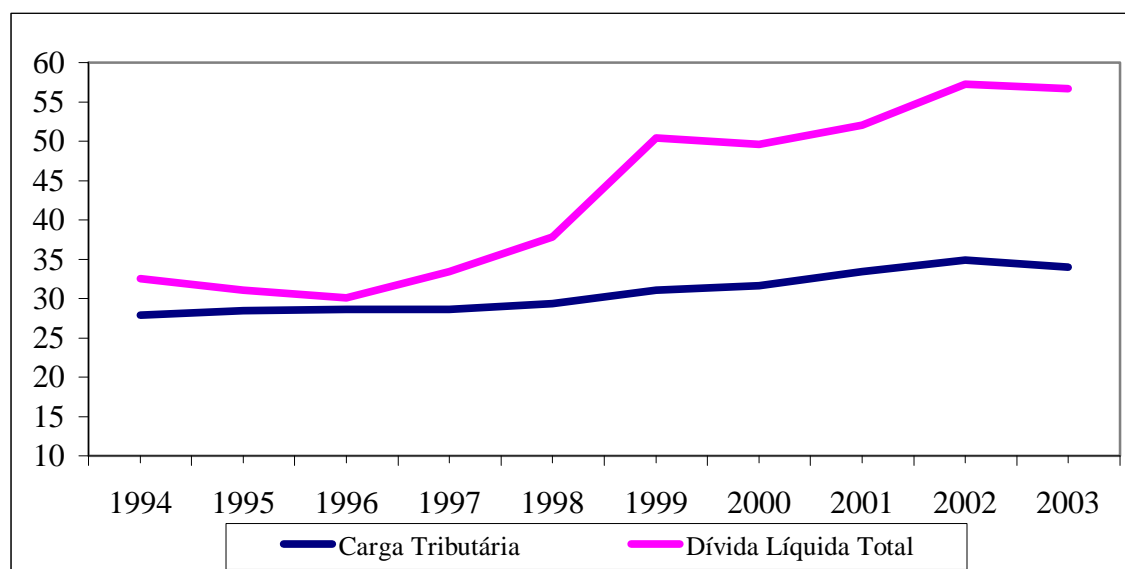
Outro alvo de constantes críticas, quando analisamos as causas do baixo crescimento da economia nacional, é a elevada e crescente carga tributária. Desde o Plano Real, a carga tributária vem crescendo em relação ao PIB, passando de 28% em 1995 para 34% em 2004, tornando-se uma das maiores do mundo e representando sérios entraves ao crescimento econômico, na medida que reduz o investimento e, por

⁸ Ver Medeiros, 2002.

consequência, a geração de empregos. Além disso, os diversos encargos trabalhistas representam um ônus muito grande às empresas, provocando desestímulo na contratação de novos empregados. Este certamente foi um dos fatores que impulsionaram o crescimento do mercado informal de trabalho durante os anos 90.

Outro fator preocupante e limitador do crescimento econômico sustentado é a evolução da dívida líquida total do setor público, que caiu expressivamente entre 1990 e 1996 mas adquiriu elevada tendência de crescimento após esse período.

Figura 13: Gráfico da Evolução da Carga tributária e Dívida Líquida Total do Setor Público, em percentagem do PIB.



*Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE- SCN/Anual)

**Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção de Finanças Públicas.

Há muitos anos, estudos têm chamado a atenção para a relação entre o baixo crescimento econômico e o alto grau de desigualdade no Brasil. Diversas teorias econômicas reconhecem que a desigualdade de renda exerce um papel fundamental na determinação do crescimento de longo prazo e, por conseguinte, no nível de pobreza.

Ferreira (2000) argumenta que há uma relação causal negativa entre desigualdade e crescimento econômico, baseada nas imperfeições do mercado de crédito, na assimetria de informações. A desigualdade de oportunidades estaria gerando

ineficiência econômica devido a uma má alocação de recursos, notada quando os agentes sofrem restrição de crédito e não podem empreender projetos que aumentariam o bem-estar social.

Para Barros, Henriques e Mendonça (2000), o crescimento econômico é, sem dúvida um importante fator para a diminuição da pobreza e melhora da desigualdade na distribuição de renda, porém trata-se de um via lenta, já que um crescimento de 3% da renda per capita anual tende a reduzir a pobreza em aproximadamente um ponto percentual a cada dois anos. Em raciocínio semelhante, crescendo a 3% ao ano, o Brasil levaria mais de 25 anos para reduzir a proporção do número de pobres para menos de 15% da população total.

Concluimos que o baixo crescimento econômico afetou negativamente o mercado de trabalho, gerando um número insuficiente de empregos e, portanto, representando um fator limitador da melhoria dos indicadores de pobreza e desigualdade. No entanto, como visto no Capítulo 2, a evolução dos indicadores sociais nos revela que a desigualdade e a pobreza tiveram alguma melhora a partir de 1995. Um fator que pode ter contribuído para essa melhora é o efeito de políticas distributivas, que será objeto do próximo capítulo.

5. Impacto das Políticas Redistributivas

Há muitas décadas o Brasil apresenta graves problemas sociais, entre os quais destacamos a grande desigualdade na distribuição da renda e o elevado número de pobres e indigentes. Pelo nível de renda a economia brasileira está incluída no grupo dos dez países mais ricos, porém o alto percentual de pobres e indigentes em relação ao total da população evidenciam umas das mais desiguais sociedades do planeta.

Analisando a estrutura da distribuição de renda mundial observamos que mais de 60% dos países tem renda per capita inferior à brasileira. Em termos populacionais, aproximadamente 77% da população mundial está em países que tem renda per capita menor do que a do Brasil. Estima-se que a renda per capita brasileira corresponda a valores de cinco a oito vezes superiores à linha de indigência e de três a quatro vezes à linha de pobreza. Para a erradicação da pobreza seria necessário transferir aproximadamente 7% da renda das famílias, isto é, R\$ 33 bilhões e cerca de R\$ 6 bilhões, o que equivale a 2% da renda das famílias, para retirar toda população da indigência. Isso sugere, portanto, que a hipótese de escassez de recursos para o combate à pobreza não deve ser aceita e, por essas razões, costuma-se dizer que o Brasil não é um país pobre mas possui um elevado número de pobres⁹.

A questão moral relativa ao alto grau de desigualdade e ao grande número de pobres do país deve ser ressaltada, porém devemos dar atenção especial à tese de que os efeitos líquidos na economia provocados pela desigualdade são negativos. Sendo o Brasil um país que dispõe de uma renda per capita bem superior à linha de pobreza, uma estratégia eficiente de combate à pobreza deve incluir políticas de redistribuição de renda como objetivo principal¹⁰.

Nos últimos anos, a política social brasileira passou por várias transformações, tendo sido criadas novas estratégias de combate à pobreza. Houve uma ampliação do

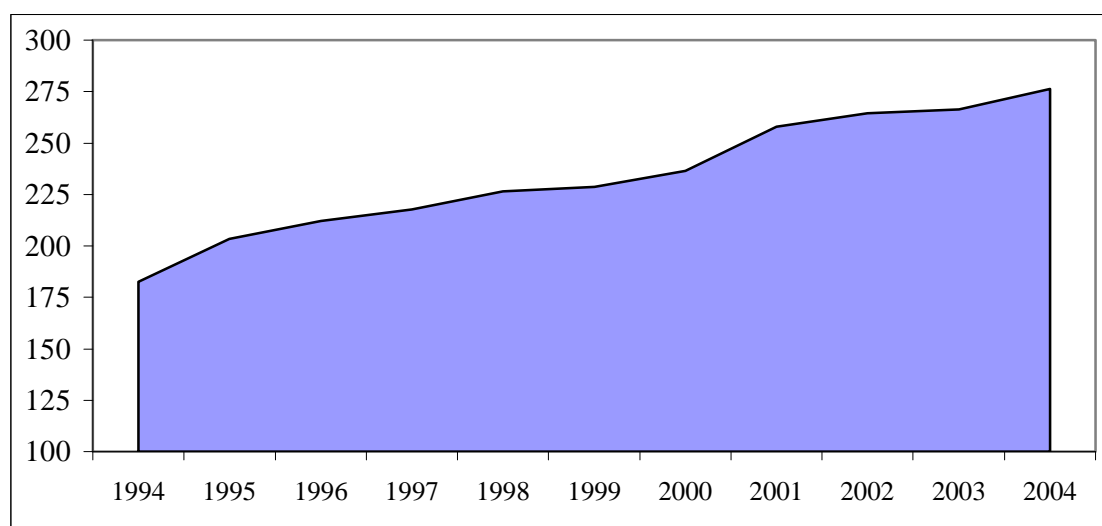
⁹ Ver Rocha, 2000.

¹⁰ Ver Barros, Henriques e Mendonça, 2000.

leque de programas sociais e aumento do volume total de gasto do governo, atingindo R\$ 200 bilhões anuais, o que corresponde a aproximadamente 15% do PIB¹¹.

A Constituição de 1988 teve um impacto positivo na redistribuição de renda, estendendo os benefícios da aposentadoria para os trabalhadores rurais. Foi estabelecido como piso o valor de um salário mínimo e reduzida a idade mínima de aposentadoria de homens e mulheres. Essa medida elevou em 2,2 milhões o número de beneficiário da previdência, aumentando em R\$ 260 milhões o valor total dos benefícios, caracterizando-se como um fator importante para a redução da pobreza, já que elevou a renda familiar de uma parcela da população extremamente pobre que vive na zona rural¹².

Figura 13: Gráfico da Evolução do Salário Mínimo Real*



*Em Reais constantes do último mês, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE¹³.

Shwartzman (2006) afirma que as políticas de transferência de renda implementadas no Brasil são, geralmente, compensatórias, baseadas em transferências monetárias e a maior crítica feita contra elas é o fato de haver pequeno volume de recursos e má focalização dos gastos. As evidências disponíveis sobre o Bolsa-Escola, por exemplo, mostram que se trata de um programa mal focado e pouco efetivo do

¹¹ Ver Barros e Carvalho 2004.

¹² Para mais detalhes dos impactos da Previdência Rural, ver David, 1999.

¹³ Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br> >.

ponto de vista educacional, já que o governo não tem como fazer uma fiscalização das famílias beneficiárias das transferências, isto é, não há como garantir se as crianças estão comparecendo às aulas, na frequência pré-determinada.

No final da década de 90, algumas políticas sociais foram implementadas, às quais destacamos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Escola e o Cartão Alimentação. Em 2003, foi criado o Programa Bolsa-Família, que unificou os benefícios e beneficiários desses programas, tendo o objetivo de integrar os programas sociais e aumentar o foco de combate à pobreza. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, no ano de 2005 o governo gastou cerca de R\$ 5,5 bilhões, atingindo quase 9 milhões de famílias, o que representa cerca de 32 milhões de pessoas¹⁴.

Neri, Kakwani e Son (2006) mostram que há uma tendência de queda da desigualdade, iniciada em 2001 e mantida até 2005, com destaque para o ano de 2004, quando a renda per capita dos pobres aumentou 14%, enquanto a renda média avançou 3,6%. De 2001 a 2004 a renda per capita média dos 50% mais pobres aumentou 3,07% contra 1,35% da metade mais rica, cabendo destacar que durante esses cinco anos, a média de crescimento da renda per capita dos mais pobres foi cerca de 10%. Segundo os autores, o programa Bolsa-Família vêm sendo instrumento eficiente de melhorias sociais, explicando aproximadamente dois terços do crescimento da renda dos pobres observada no período.

Os programas sociais implementados pelo governo costumam ser muito criticados sob alegação de assistencialismo e mau uso de recursos. Podemos concluir, porém, que houve impactos positivos das políticas redistributivas nos últimos anos. Destacamos o Programa Bolsa-Família, pela maior focalização dos gastos, pelo grande quantidade de pessoas beneficiadas, e, como visto, por ter relevante parcela de contribuição na redução da desigualdade de renda e pobreza, embora ainda insuficiente em relação à gravidade da realidade social brasileira.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>.

6. Conclusão

Não há dúvida de que o Plano Real teve um impacto positivo na distribuição de renda e, principalmente, sobre os índices de pobreza e indigência.

No período anterior ao Plano, a aceleração inflacionária constitui-se como mecanismo gerador de distorções econômicas, provocando sérias deteriorações dos indicadores sociais, devido à forte corrosão da renda real dos indivíduos de mais baixa renda, excluídos que eram dos mecanismos de indexação. A estabilização monetária e as reformas empreendidas no período pós-94 foram responsáveis pela expressiva redução da proporção de pessoas abaixo das linhas de pobreza e indigência, bem como pela diminuição da desigualdade de renda.

Analisando a evolução dos indicadores sociais nos dez anos posteriores à implementação da nova moeda, percebemos que o maior impacto ocorreu em 1995, estendendo-se até o ano seguinte, mantendo uma leve tendência de melhora até os dias atuais. Porém, em virtude de todas as reformas empreendidas e a da estabilização monetária, esperaríamos que houvesse continuidade na melhoria desses indicadores. Vimos que os principais motivos que explicam a ausência de uma evolução mais satisfatória dos índices de desigualdade e pobreza estão relacionados à baixa taxa de crescimento da economia e à nova dinâmica pela qual passou a operar o mercado de trabalho.

Como a expansão do emprego depende diretamente do aumento do nível de atividade, a reduzida taxa de crescimento do PIB *per capita* brasileiro nos últimos vinte anos afetou o mercado de trabalho, em particular o setor industrial, gerando uma quantidade insuficiente de empregos formais. A consequência foi o aumento pronunciado do setor informal da economia e prejuízo para os trabalhadores menos qualificados. O aprofundamento do processo de abertura comercial e o aumento da competitividade no mercado internacional elevaram o nível de exigência das firmas quanto à qualificação dos trabalhadores, neste sentido, demonstrou-se que o mercado de trabalho atuou como amplificador da desigualdade educacional em desigualdade de

oportunidades de inclusão (social e econômica), agravando o conflito distributivo e elevando a incidência de pobreza.

Concluimos que as políticas redistributivas atuais vêm representando um importante porém insuficiente modo de combate à pobreza. Embora a transferência direta de recursos promovida pelos programas públicos favoreça um grande número de pessoas, sua contribuição para a redução da desigualdade total, conforme visto, é muito pequena.

Na medida em que observamos que a renda média brasileira é bem superior à linha de pobreza, podemos concluir que a intensidade da pobreza é um problema intimamente relacionado à falta de equidade na distribuição de renda e não à escassez de recursos. Dessa forma, uma política pública eficaz teria que priorizar, além do crescimento econômico, uma redução das desigualdades.

|

7. Bibliografia:

ABREU, M. P. (Org.); ABREU, M. P. [et al.] **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, (1889 – 1989)**, Ed. Campus, 1990.

AMADEO, E.; BARROS, R.P. **Distribuição de Renda no Brasil**, Ed. Paz e Terra, 1991.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. S.; CAMARGO, J.M.; **A Estrutura do Desemprego no Brasil**, IPEA, Texto para Discussão n. 478, 1997.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. S.; HENRIQUES, R. **A Estabilidade Inaceitável: Pobreza e Desigualdade no Brasil**, In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, IPEA, 2000.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. S. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil**. In: *A Economia Brasileira em Perspectiva*, v.2, IPEA, 1996.

BARROS, R.P.; CORSEUIL, C.H.; LEITE, P.G. **Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, IPEA, 2000.

DAVID, M.D. **Previdência Rural no Brasil: Uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural**. In: _____ *Experiências Exitosas de Combate à Pobreza Rural na América Latina*, FAO/CEPAL/RIMISP, 1999. Disponível em: < <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/pobreza/previden.pdf> >. Acesso em: 15 de maio, 2006.

FERREIRA, F. H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Departamento de Economia, Puc-Rio, Texto para Discussão n. 415, 2000.

FERREIRA, F. H. G.; CAMARGO, J. M. **O Benefício Social Único: uma Proposta de Reforma da Política Social no Brasil**. Departamento de Economia, Puc-Rio, Texto para Discussão n. 443, 2001.

MATTOSO, J.; BALTAR, P. [et. al.] **Brasil: Desafios de um país em transformação**, Ed. José Olympo, 1997.

MEDEIROS, C. A.; **Distribuição de Renda como Política de Desenvolvimento**, In: _____ Desenvolvimento em Debate: Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo, BNDES, 2002.

NERI, M.; CONSIDERA, C. **Crescimento, Desigualdade e Pobreza: O Impacto da Estabilização**, In: _____ A Economia Brasileira em Perspectiva, Vol. 1, IPEA, 1996.

NERI, M.; KAKWANI, N.; SON, H. **Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro**, FGV/ONU, 2006. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>. Acesso em: junho, 2006.

International Poverty Centre da ONU (IPC/ONU).

OKUN, A. M. **Potential GNP: it is measurement and significance**. Proceedings of the Business and Economic Statistics Section. Washington: American Statistical Association, 1962.

PINHEIRO, A.,C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. **Desigualdade de Renda e Pobreza na Economia Brasileira dos anos 90**. In: PINHEIRO, A.,C.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.) A Economia Brasileira nos anos 90, BNDES, 1999.

PINHEIRO, A.,C. **Por que o Brasil cresce pouco?** In: GIAMBIAGI, F.; REIS; J.G.; URANI, A. (Orgs.) Reformas no Brasil: Balanço e Agenda, Ed. Nova Fronteira, 2004.

RAMOS, C. A.; SANTANA, R. **Quão Pobres são os Pobres, Brasil: 1991-2001**, Departamento de economia, Universidade de Brasília, Texto para Discussão n. 275, 2003.

REIS; J.G.; RAMOS, L. **Empregos no Brasil nos Anos 90**. In: _____ A Economia Brasileira em Perspectiva. Vol.2, Ipea, 1998. p. 501-531.

REIS; J.G.; URANI, A. **Uma visão abrangente das transformações recentes no Brasil**. In: GIAMBIAGI, F.; REIS; J.G.; URANI, A. (Orgs.) Reformas no Brasil: Balanço e Agenda, Ed. Nova Fronteira, 2004.

ROCHA, R. R.; SALDANHA, F. M. **Fiscal and quasi-fiscal deficits, nominal and real: measurement and policy issues**. In: _____ Revista Brasileira de Economia, v. 49, n. 3, 1995.

ROCHA, S. **Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**, IPEA, Texto para Discussão N. 721, 2000.

ROCHA, S. **Pobreza e Transferências de Renda**. In: WERTHEIN, J.; NOLETO, M. J. (Orgs.) Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social, Brasília, UNESCO, 2004.

SCHWARTZMAN, S. **Redução da Desigualdade, da Pobreza, e os Programas de Transferência de Renda**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS),v.3, 2006.